



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)**

**IDENTIFICAÇÃO**

**PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>DOG MÁTICA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA</b>
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>	–

<b>PROFESSOR(A)</b>	<b>CURSOS PARA OS QUAIS SÃO MINISTRADA</b>	
Ulisses Levy Silvério dos Reis	Mestrado em direito	Optativa

<b>Nº DE CRÉDITOS</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>			
<b>04</b>		<b>Teóricas</b>	<b>60</b>	<b>Práticas</b>	<b>00</b>
		<b>Total</b>		<b>60</b>	
		<b>Semanal</b>		–	
<b>SEMESTRE</b>	—	<b>Duração em semanas</b>		<b>15</b>	
<b>PRÉ-REQUISITOS</b>		<b>PRÉ OU CO-REQUISITOS</b>			
–		–			

**EMENTA**

A dogmática dos direitos fundamentais no pensamento constitucional moderno. O Constitucionalismo liberal e os direitos de liberdade. O constitucionalismo social e os direitos sociais, econômicos e culturais. O constitucionalismo Democrático e os “novos” direitos. Democracia e Jurisdição Constitucional. Titularidade Individual e Coletiva dos Direitos Fundamentais. Eficácia e efetividade dos Direitos Fundamentais. Direitos Fundamentais, Políticas Públicas e Judicialização. Orçamento e Estado Democrático de Direito.

**OBJETIVOS**

1. Analisar a evolução histórica e as transformações dos direitos fundamentais no contexto brasileiro, abordando o constitucionalismo liberal, o constitucionalismo social e o constitucionalismo democrático, com ênfase na legislação, doutrina e jurisprudência nacionais.
2. Estudar a titularidade, eficácia e efetividade dos direitos fundamentais no Brasil, identificando as principais dificuldades e desafios na proteção e garantia desses direitos, assim como as possíveis soluções jurídicas e políticas para enfrentá-los no âmbito do Estado Democrático de Direito.
3. Examinar a relação entre direitos fundamentais, políticas públicas e judicialização no cenário brasileiro, refletindo sobre o papel do orçamento público e das instâncias judiciais na promoção e garantia dos direitos fundamentais, bem como discutir os limites e possibilidades da atuação do Poder Judiciário nesse contexto.

<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
1. Evolução histórica e transformações dos direitos fundamentais no Brasil: <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. O Constitucionalismo liberal e os direitos de liberdade;</li> <li>1.2. O Constitucionalismo social e os direitos sociais, econômicos e culturais;</li> <li>1.3. O Constitucionalismo democrático e os “novos” direitos;</li> <li>1.4. Análise comparativa da legislação, doutrina e jurisprudência nacionais ao longo do tempo.</li> </ol>	20h
2. Titularidade, eficácia e efetividade dos direitos fundamentais no contexto brasileiro: <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1. Titularidade individual e coletiva dos direitos fundamentais;</li> <li>2.2. Mecanismos jurídicos e políticos para garantir a eficácia e efetividade dos direitos fundamentais;</li> <li>2.3. Desafios e soluções na proteção e garantia dos direitos fundamentais no âmbito do Estado Democrático de Direito.</li> </ol>	20h
3. Direitos fundamentais, políticas públicas e judicialização no cenário brasileiro: <ol style="list-style-type: none"> <li>3.1. O papel das instâncias judiciais na proteção dos direitos fundamentais;</li> <li>3.2. A importância do orçamento público na promoção e garantia dos direitos fundamentais;</li> <li>3.3. Limites e possibilidades da atuação do Poder Judiciário na judicialização de políticas públicas;</li> <li>3.4. Debates e perspectivas sobre a relação entre direitos fundamentais, políticas públicas e judicialização no Brasil.</li> </ol>	20h
<b>TOTAL</b>	60h

<b>COMPETÊNCIAS E HABILIDADES</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Compreensão crítica e aprofundada da evolução histórica e das transformações dos direitos fundamentais no contexto brasileiro, considerando as diferentes fases do constitucionalismo (liberal, social e democrático).</li> <li>2. Capacidade de analisar a titularidade, eficácia e efetividade dos direitos fundamentais no Brasil, identificando os principais desafios e propondo campos investigativos a partir da problematização desses direitos no âmbito do Estado Democrático de Direito.</li> <li>3. Habilidade para examinar a relação entre direitos fundamentais, políticas públicas e judicialização no cenário brasileiro, avaliando o papel do orçamento público e das instâncias judiciais na promoção e garantia dos direitos fundamentais.</li> <li>4. Desenvolvimento do pensamento crítico e argumentativo para debater os limites e possibilidades da atuação do Poder Judiciário na judicialização de políticas públicas, bem como os impactos dessa prática na efetivação dos direitos fundamentais no Brasil</li> <li>5. Aptidão para aplicar o conhecimento teórico adquirido na disciplina em desenhos de pesquisa a fim de habilitar os discentes para a escrita dos seus artigos acadêmicos e dissertações.</li> </ol>

## MÉTODOS E AVALIAÇÃO

1. Aulas expositivas: o(a) docente apresentará os temas de cada unidade dos conteúdos programáticos, fornecendo uma base teórica e contextual para os alunos. A interação entre o(a) professor(a) e os(as) alunos(as) será incentivada, com espaço para esclarecimento de dúvidas e discussões.
2. Seminários: os textos apresentados no primeiro dia de aula serão divididos entre os discentes que ficarão responsáveis pela sua apresentação a cada semana.
3. Debates: ao final de cada seminário, será promovido um debate entre os estudantes para aprofundar a compreensão do tema e estimular o desenvolvimento do pensamento crítico e argumentativo. O professor atuará como mediador e contribuirá com *insights* e questionamentos.
4. Resumos semanais: os alunos deverão elaborar resumos escritos dos textos discutidos nos seminários, a serem entregues semanalmente ao professor. Esses resumos ajudarão na fixação do conteúdo e no desenvolvimento da habilidade de síntese e análise crítica dos estudantes.
5. Artigo científico: ao final da disciplina, os alunos deverão produzir um artigo científico individual, abordando um tema específico relacionado à dogmática dos direitos fundamentais na experiência brasileira.
6. Avaliação: a avaliação dos alunos levará em conta a participação nos seminários e debates, a qualidade dos resumos semanais e do artigo científico, bem como o domínio dos conteúdos programáticos e das competências e habilidades desenvolvidas ao longo do semestre.

## BIBLIOGRAFIA

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

CHILTON, Adam; VERSTEEG, Mila. Rights without Resources: the Impact of Constitutional Social Rights on Social Spending. **Journal of Law and Economics**, vol. 60, n. 4, pp. 713-748, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1086/696826>. Acesso em: 28 abr. 2023.

DERZI, Misabel Abreu Machado. **Federalismo, Liberdade e Direitos Fundamentais**. REI – Revista Estudos Institucionais, vol. 4, n. 1, pp. 118-157, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21783/rei.v4i1.266>. Acesso em: 27 abr. 2023.

LOPES, Ana Maria D'ávila; FREIRE, Cylviane Maria Cavalcante de Brito Pinheiro. O reconhecimento do estado de coisas inconstitucional no sistema penitenciário brasileiro: análise da decisão judicial da MC-ADPF nº 347 a partir da teoria do transtucionalismo. **Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça**, vol. 10, n. 35, 2016, pp. 285-312. DOI: <https://doi.org/10.30899/df.v10i35.103>. Acesso em: 1º mai. 2023.

ROSENFELD, Michel. The Role of Justice in the Constitution: the Case for Social and Economic Rights in Comparative Perspective. **Cardozo Law Review**, vol. 42, n. 3, pp. 763-818, 2021. Disponível em: <https://cardozolawreview.com/the-role-of-justice-in-the-constitution-the-case-for-social-and-economic-rights-in-comparative-perspective/>. Acesso em: 29 abr. 2023.

NEVES, Marcelo. **Entre Hidra e Hércules: princípios e regras constitucionais**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.


PASSOS, Daniela Veloso; GOMES, Valéria Bastos. A judicialização da saúde e as políticas públicas para fornecimento de medicamentos: uma análise a partir das decisões TRF da 5ª Região. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, vol. 4, n. 3, pp. 98-110, 2017. DOI: <https://doi.org/10.19092/reed.v4i3.168>. Acesso em: 20 abr. 2023.

REIS, Ulisses Levy Silvério dos. Cabe ao estado censurar as tentações de Cristo?: considerações sobre a (im)possibilidade de exclusão de conteúdos no meio digital a partir do caso Porta dos Fundos e Netflix. **Revista Videre**, vol. 12, n. 24, pp. 214–236, 2020. DOI: <https://doi.org/10.30612/videre.v12i24.12542>. Acesso em: 29 abr. 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang; ZOCKUN, Carolina Zancaner. Notas sobre o mínimo existencial e sua interpretação pelo STF no âmbito do controle judicial das políticas públicas com base nos direitos sociais. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, vol. 3, n. 2, pp. 115-141, maio/ago. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rinc.v3i2.46594>. Acesso em: 28 abr. 2023.


SARMENTO, Daniel. **Dignidade da Pessoa Humana: conteúdo, trajetórias e metodologia**. Rio de Janeiro: Fórum, 2021.

## APROVAÇÃO

Documento assinado digitalmente  
 ULISSES LEW SILVERIO DOS REIS  
Data: 09/10/2023 13:37:35-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1 – Aprovada pelo Colegiado em 26/05/2023 \_\_\_\_\_

Coordenador do PPGD

Documento assinado digitalmente  
 IDALMIR DE SOUZA QUEIROZ JUNIOR  
Data: 09/10/2023 16:20:59-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2 – Aprovada pelo CPPGIT/PROPPG \_\_\_\_\_

Presidente (a) do CPPGIT

3 – Aprovada pelo CONSEPE \_\_\_\_\_  
Presidente (a) do CONSEPE

**MOSSORÓ-RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.**



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)**

### IDENTIFICAÇÃO

#### PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA

<b>DISCIPLINA</b>	<b>NEOLIBERALISMO E RAZÃO JURÍDICA</b>	
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>	<b>PGD0020</b>	
<b>PROFESSOR(A)</b>	<b>CURSOS PARA OS QUAIS SÃO MINISTRADA</b>	
Felipe Araújo Castro	Mestrado em direito	Optativa

<b>Nº DE CRÉDITOS</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>			
04		<b>Teóricas</b>	<b>60</b>	<b>Práticas</b>	<b>00</b>
		<b>Total</b>		<b>60</b>	
		<b>Semanal</b>		<b>–</b>	
<b>SEMESTRE</b>	—	<b>Duração em semanas</b>		<b>15</b>	
<b>PRÉ-REQUISITOS</b>		<b>PRÉ OU CO-REQUISITOS</b>			
–		–			

### EMENTA

A governamentalidade neoliberal. Emergência do neoliberalismo enquanto ideia O neoliberalismo combativo, 1979-89. Do Estado fiscal ao Estado endividado: neoliberalismo normativo, 1989-2008. As guerras palacianas e a reforma do Estado na América Latina e no Brasil. A dominação neoliberal e o neoliberalismo realmente existente. A revolução conservadora: a simbiose entre neoliberalismo e neoconservadorismo (neoliberalismo punitivo, 2008-?). A teologia política do neoliberalismo. Os impactos da razão neoliberal na razão jurídica desde o centro (EUA). Subjetividade neoliberal e empreendedorismo jurídico no Brasil da Lava Jato. Existe outra alternativa?

### OBJETIVOS

1. Navegar pelos impactos da razão neoliberal sobre o discurso, a forma e as práticas jurídicas, com ênfase no caso brasileiro; 2. Revisitar as abordagens clássicas da teoria crítica sobre o neoliberalismo, especialmente a partir das tradições marxista, foucaultiana e bourdieusiana; 3. Apresentar o fenômeno do neoliberalismo em suas diferentes fases [neoliberalismo combativo, neoliberalismo normativo e neoliberalismo punitivo]; 4. Investigar as manifestações contemporâneas do neoliberalismo realmente existente em sua associação com o neoconservadorismo; 5. Explorar a teologia política do neoliberalismo contemporâneo; 6. Investigar os impactos das razões neoliberal e neoconservador sobre o campo jurídico brasileiro; 7. Levantar hipóteses acerca da superação da razão-mundo neoliberal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
1. O neoliberalismo enquanto ideia <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gênese do neoliberalismo</li> <li>• Neoliberalismo enquanto heterodoxia</li> </ul>	15
2. O neoliberalismo realmente existente <ul style="list-style-type: none"> <li>• Neoliberalismo e desigualdade</li> <li>• Neoliberalismo normativo e reforma do Estado na América Latina</li> </ul>	15
3. Neoliberalismo, subjetividade e liberdade <ul style="list-style-type: none"> <li>• O sujeito empresário de si mesmo</li> <li>• Teologia política do neoliberalismo</li> </ul>	15
4. Razão jurídica nas ruínas do neoliberalismo: o laboratório brasileiro <ul style="list-style-type: none"> <li>• Neoliberalismo e neoconservadorismo</li> <li>• Empreendedorismo jurídico e combate à corrupção no Brasil da Lava Jato</li> <li>• Neoliberalismo e populismo reacionário</li> </ul>	15
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>

### COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Ao final da disciplina espera-se que os/as discentes estejam familiarizados/as com as principais abordagens do fenômeno do neoliberalismo, de forma a serem capazes de traçar um diagnóstico do tempo-presente adequado às suas respectivas pesquisas. Deseja-se ainda que fiquem expostas as fortes correlações entre as formas jurídica, econômica e política, no sentido que fique igualmente claro a impossibilidade de compreensão do momento jurídico isolado das suas determinações políticas e econômicas. Como consequência, espera-se preparar os/as discentes a realização de programas de pesquisas interdisciplinares aplicados ao campo jurídico.

### MÉTODOS E AVALIAÇÃO

Aulas expositivas seguidas de diálogos horizontais. Estudos dirigidos como preparação para as aulas. Seminários com apresentações de textos pré-selecionados. Elaboração de resenhas críticas e/ou artigos científicos como forma de avaliação. Recomendação de material acessório multimídia [videoaulas e podcasts] como complemento do conteúdo.

### BIBLIOGRAFIA

BIEBRICHER, Thomas. **The political theory of neoliberalism**. Stanford: Stanford University Press, 2018.

BROWN, Wendy. **American nightmare: neoliberalism, neoconservatism, and de-democratization**. Political Theory, v. 34, n. 6, 2006. [\[HeinOnline\]](#)

COOPER, Melinda. **Family values**: between neoliberalism and the new social conservatism. Nova Iorque: Zone Books, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade liberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KOTSKO, Adam. **Neoliberalism Demon's**: on the political theology of late capital. Stanford University Press, 2018.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. Tradução de Márcia Cunha e Nilton Ota. São Paulo: Elefante, 2020.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lécio. **Brasil**: neoliberalismo versus democracia. São Paulo: Boitempo, 2018.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018.

WACQUANT, Lóic. The penalisation of poverty and the rise of neoliberalism. **European Journal on Criminal Policy and Research**, v. 9, n. 4, 2012. [\[HeinOnline\]](#)

## APROVAÇÃO



Documento assinado digitalmente  
ULISSES LEVY SILVERIO DOS REIS  
Data: 09/10/2023 13:37:36-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1 – Aprovada pelo Colegiado em 26/05/2023 \_\_\_\_\_

Coordenador do PPGD



Documento assinado digitalmente  
IDALMIR DE SOUZA QUEIROZ JUNIOR  
Data: 09/10/2023 16:20:59-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2 – Aprovada pelo CPPGIT/PROPPG \_\_\_\_\_

Presidente (a) do CPPGIT

3 – Aprovada pelo CONSEPE \_\_\_\_\_

Presidente (a) do CONSEPE

MOSSORÓ-RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)**

**IDENTIFICAÇÃO**

**PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>DIREITOS FUNDAMENTAIS, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO</b>
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>	<b>PGD0013</b>

<b>PROFESSOR(A)</b>	<b>CURSOS PARA OS QUAIS SÃO MINISTRADA</b>	
Rodrigo Vieira Costa	Mestrado em direito	Optativa

<b>Nº DE CRÉDITOS</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>			
<b>04</b>		<b>Teóricas</b>	<b>60</b>	<b>Práticas</b>	<b>00</b>
		<b>Total</b>		<b>60</b>	
		<b>Semanal</b>		<b>–</b>	
<b>SEMESTRE</b>	<b>—</b>	<b>Duração em semanas</b>		<b>15</b>	
<b>PRÉ-REQUISITOS</b>		<b>PRÉ OU CO-REQUISITOS</b>			
<b>–</b>		<b>–</b>			

**EMENTA**

Sociedade da informação e do conhecimento. O Direito e as novas tecnologias. Direito Fundamentais e Internet. Liberdade de expressão, privacidade e acesso à informação e proteção de dados na rede. Direito, Inteligência Artificial, Internet das Coisas e Impressora 3D. Direitos Autorais na Rede. Novas tecnologias e crimes eletrônicos. Memória e esquecimento na Internet. Segurança da informação na Internet. Democracia e governança digital (e-gov). Marco civil da internet.

**OBJETIVOS**

- 1) O objetivo geral da disciplina é o de discutir os problemas jurídicos das mudanças ocorridas no comportamento humano e a possibilidade de regulamentação dos atos abusivos e violadores de Direitos Fundamentais quanto ao uso das novas tecnologias da informação e da comunicação, como a internet.
- 2) Especificamente, busca-se fornecer os conceitos estruturais fundamentais para a compreensão da relação entre o Direito e as novas tecnologias; Verificar os diferentes níveis de proteção jurídica conferidos pelas ordens jurídicas doméstica e internacional aos cidadãos e relacioná-los com os principais tipos de conflitos existentes na internet e que envolvam novas tecnologias e; Conhecer o que dispõe o sistema jurídico brasileiro sobre a sanção contra ilícitos civis e criminais cometidos a partir do uso de novas tecnologias.

<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
1. Sociedade da Informação e do Conhecimento. Sociedade Digital. Economia do Imaterial. Relação entre Direito e novas TICs. Relação entre Direito e Internet.	10h
2. Direitos autorais na Era Digital	5h
3. Liberdade de Expressão e Discurso do ódio na internet	5h
4. Tutela jurídica da privacidade na Internet	5h
5. Fake news e o Marco Civil da Internet	5h
6. Princípio da Neutralidade da Rede e Marco Civil da Internet	5h
7. Pornografia de vingança	5h
8. Direito ao esquecimento e responsabilidade dos provedores de internet	5h
9. Regulação da Inteligência Artificial	5h
10. Proteção de dados e Internet	5h
11. Crimes cibernéticos e Ciberdemocracia	5h
<b>TOTAL</b>	<b>60h</b>

### **COMPETÊNCIAS E HABILIDADES**

Desenvolver nos mestrandos a capacidade crítica sobre as bases normativas do Direito na era Digital, a partir de reflexões e análises sobre os conflitos e impasses advindos da sociedade da informação e dos conhecimentos, mediados pela tecnologia, em especial a internet, aperfeiçoando junto aos discentes os mecanismos, conhecimentos e técnicas à disposição da seara jurídica, para que compreendam a complexa teia de relações entre usuários, mídia, provedores e empreendedores de negócios eletrônicos e os limites das esferas pública e privada, na tentativa de apresentar soluções que gerenciem crises e casos concretos oriundos da internet.

### **MÉTODOS E AVALIAÇÃO**

- 1) Aulas expositivas dialogadas;
- 2) Apresentação de Seminários e Grupos de discussão;
- 3) Leitura reflexiva de textos e materiais;
- 4) Elaboração de resenha e artigo científico.

### **BIBLIOGRAFIA**

ADORNO, Theodor. **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ASCENSÃO, José de Oliveira. **Direito da Internet e da Sociedade da Informação**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1973.

BIONI, Bruno Ricardo. **Proteção de Dados Pessoais: a função e os limites do consentimento**. 3. ed. São Paulo: Forense, 2021.

BOYLE, James. **The public domain: enclosing the commons of the mind**. New Haven; London: Yale University Press, 2008.

BRANCO, Sérgio. **Memória e Esquecimento na Internet**. Porto Alegre: Arquipélago, 2017.

CARBONI, Guilherme. **Direito Autoral e Autoria Colaborativa na Economia da Informação em Rede**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A era da Informação: economia, sociedade e cultura**. Vols. I, II e III. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CELESTE, Edoardo. **Digital Constitutionalism: The Role of Internet Bills of Rights**. Londres: Routledge, 2022.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises. A. **The Costs of Connection: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism**. Stanford: Stanford University Press, 2019.

CRAWFORD, Kate. **Atlas of AI: Power, Politics, and the Planetary Costs of Artificial Intelligence**. Londres: Yale University Press, 2022.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

HUWS, Ursula. **Reinventing the Welfare State: Digital Platforms and Public Policies**. Londres: Pluto Press, 2020.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**. Tradução André Czarnobai, Marcela Duarte. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KELLER, Clara Iglesias. **Regulação Nacional de Serviços na Internet**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

KITTICHAISAREE, Kriangsak. **Public International Law of Cyberspace**. Cham: Springer, 2017.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Trad. De Ruy Jugmann. Rio de Janeiro : Zahar, 1997.

LANA, Alice de Perdigão. **Mulheres Expostas: revenge porn, gênero e o Marco Civil da Internet**. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2019.

LEITE, George Salomão; LEMOS, Ronaldo (Org.). **Marco Civil da Internet**. São Paulo: Atlas, 2014.

LEMOS, Andre. **Cibercultura: Tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 8. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2016.

LEONARDI, Marcel. **Tutela e privacidade na internet**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LESSIG, Lawrence. **Code: version 2.0**. New York: Basic Books, 2006. Disponível em: <<http://codev2.cc/download+remix/LessigCodev2.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

LESSIG, Lawrence. **Remix: Making Art and Commerce Thrive in the Hybrid Economy**. Bloomsbury Academic: Londres, 2008.

LESSIG, Lawrence. **Free Culture: the nature and future of creativity**. Nova Iorque: Penguin Books, 2005.

LÉVY, Pierre. **A Conexão Planetária. O mercado, o ciberespaço, a consciência**. São Paulo : Editora 34, 2001.

MAGRANI, Eduardo. **Cibercultura**. 9. ed. Rio de Janeiro : Editora 34, 2000.

MAGRANI, Eduardo. **As tecnologias da inteligência**. 9. ed. Rio de Janeiro : Editora 34, 2000.

MAGRANI, Eduardo. **O que é virtual**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

LLINARES MIRÓ, Fernando. **El cibercrimen: fenomenología y criminología de la delincuencia en el ciberespacio**. Madrid: Marcial Pons, 2012.

LUBIN, Asaf. "We Only Spy on Foreigners": The Myth of a Universal Right to Privacy and the Practice of Foreign

Mass Surveillance. **Chicago Journal of International Law**, vol. 18, n. 02, 2018, pp. 502-552.

LUÑO, Antonio-Enrique Pérez. Teledemocracia, cibercidadania y derechos humanos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 04, n. 02, p. 08-45, 2014.

MAGRANI, Eduardo. **Entre Dados e Robôs: Ética e Privacidade na Era da Hiperconectividade**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2019.

MAGRANI, Eduardo. **A Internet das Coisas**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

MAGRANI, Eduardo. **Democracia conectada: a internet como ferramenta de engajamento político-democrático**. Curitiba: Juruá, 2014.

MATTELART, Armand. **História da Sociedade da Informação**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MEDEIROS, Heloísa Gomes. **A sobreposição de direitos de propriedade intelectual no software: coexistência entre direito de autor e patente na sociedade informacional**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2017.

MENDES, Laura Shertel. **Privacidade, proteção dos dados pessoais e defesa do consumidor: linhas gerais de um novo direito fundamental**. São Paulo: Saraiva, 2014.

MONCAU, Luiz Fernando Marrey. **Liberdade de expressão e direitos autorais**. Rio de Janeiro: Elsevier/FGV, 2015.

MOROZOV, Evgeny. **Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: UBU, 2018.

MOURA, Marco Aurélio. **O discurso do ódio em redes sociais**. Epub. Lura Editorial, 2016.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. v. 1.

RAMOS, Pedro H.S. **Arquitetura da Rede e Regulação: a neutralidade da rede no Brasil**. Dissertação de Mestrado. 2015. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13673>>.

RIBEIRO, Samantha S. Moura. **Democracy after the Internet: Brazil between Facts, Norms, and Code**. Cham: Springer, 2016.

RIFKIN, Jeremy. **A era do acesso**. São Paulo: Pearson Education, 2001.

RIFKIN, Jeremy. **A Terceira Revolução Industrial**. São Paulo: MBooks, 2012.

SCHAFF, Adam. **A Sociedade Informática**. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1995.

SCHIRRU, Luca. **Direito autoral e Inteligência Artificial: autoria e titularidade nos produtos da IA**. São Paulo: Dialética, 2023.

SILVA, Guilherme Coutinho. **Gestão Coletiva e Remuneração do Autor: novas perspectivas** / Guilherme Coutinho Silva; orientador José Augusto Fontoura Costa. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito Internacional – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo) São Paulo, 2018.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2016.

SOUZA, Carlos Affonso. **O futuro foi reprogramado: como a tecnologia está transformando as leis, a política e os relacionamentos**. Rio de Janeiro: Obliq, 2018.

SUNSTEIN, Cass. **Simpler: The Future of Government**. New York: Simon & Schuster, 2013.

TARNOFF, Ben. **Internet for the people**. Nova Iorque: Verso, 2022.

TEFFE, C. S. ; SOUZA, Carlos Affonso Pereira de . Fake news: como garantir liberdades e conter notícias falsas na Internet?. In: TEPEDINO, Gustavo; MENEZES, Joyceane Bezerra de. (Org.). **Autonomia privada, liberdade existencial e direitos fundamentais**. Belo Horizonte: Fórum, 2018, v. 1, p. 525-543.

YILMA, Kinfé Micheal. Digital privacy and virtues of multilateral digital constitutionalism: preliminary thoughts. **International Journal of Law and Information Technology**, vol. 25, n. 02, 2017, pp. 115-138.

WACHOWICZ, Marcos (Coord.) **Direito autoral e marco civil da internet**. Curitiba: Gedai, 2015.

WACHOWICZ, Marcos; CANUT, L. (Org.). **Análise da estratégia brasileira para transformação digital: comentários ao decreto nº 9319/18**. Curitiba: GEDAI PUBLICAÇÕES, 2018.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power**. Nova Iorque: PublicAffairs, 2020.

## APROVAÇÃO



Documento assinado digitalmente  
ULISSES LEVY SILVERIO DOS REIS  
Data: 09/10/2023 13:37:35-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1 – Aprovada pelo Colegiado em 26/05/2023 \_\_\_\_\_  
Coordenador do PPGD



Documento assinado digitalmente  
IDALMIR DE SOUZA QUEIROZ JUNIOR  
Data: 09/10/2023 16:20:59-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2 – Aprovada pelo CPPGIT/PROPPG \_\_\_\_\_  
Presidente (a) do CPPGIT

3 – Aprovada pelo CONSEPE \_\_\_\_\_  
Presidente (a) do CONSEPE

MOSSORÓ-RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)**

**IDENTIFICAÇÃO**

**PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>DIREITO, REGULAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO</b>	
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>	<b>PGD0014</b>	
<b>PROFESSOR(A)</b>	<b>CURSOS PARA OS QUAIS SÃO MINISTRADA</b>	
PABLO LEURQUIN	Mestrado em direito	Optativa

<b>Nº DE CRÉDITOS</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>			
<b>04</b>		<b>Teóricas</b>	<b>60</b>	<b>Práticas</b>	<b>00</b>
		<b>Total</b>		<b>60</b>	
		<b>Semanal</b>		<b>–</b>	
<b>SEMESTRE</b>	<b>—</b>	<b>Duração em semanas</b>		<b>15</b>	
<b>PRÉ-REQUISITOS</b>		<b>PRÉ OU CO-REQUISITOS</b>			
<b>–</b>		<b>–</b>			

**EMENTA**

Fundamentos da microeconomia e da economia do bem-estar. Falhas de mercado. Introdução à Análise Econômica do Direito. Introdução e história da regulação econômica. Teorias da regulação econômica. A regulação econômica no Brasil. A regulação na Constituição Federal de 1988. Direito regulatório. Agências reguladoras. Teorias do desenvolvimento. O desenvolvimento na perspectiva brasileira. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Direito e Desenvolvimento. O desenvolvimento na Constituição Federal de 1988. Direito e subdesenvolvimento. Instituições, Regulação e Desenvolvimento.

**OBJETIVOS**

1. Investigar as possibilidades de interdisciplinaridade na pesquisa envolvendo Direito e Economia.

2. Sistematizar as principais correntes do pensamento político econômico brasileiro.
3. Estudar o desenvolvimento e a relação entre Estado e política econômica na Ordem Econômica Constitucional de 1988.
4. Analisar as teorias que fundamentam a regulação econômica.
5. Refletir sobre as técnicas de regulação econômica e suas interfaces com a promoção do desenvolvimento.

<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
1. Apresentação e planejamento.	5h
2. Introdução ao Direito Econômico.	5h
3. Desenvolvimento nas correntes do pensamento econômico brasileiro.	5h
4. Interdisciplinaridade na pesquisa envolvendo Direito e Economia.	5h
5. Análise Econômica do Direito: conceito, fundamentos e crítica.	5h
6. Evolução do conceito de Ordem Econômica Constitucional.	5h
7. Ordem Econômica Constitucional de 1988, desenvolvimento e técnicas de regulação econômica.	5h
8. Aspectos teóricos do tratamento jurídico do mercado.	5h
9. Regulação econômica setorial: fundamentos e princípios.	5h
10. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.	5h
11. Propriedade intelectual e política de inovação.	5h
12. Desafios regulatórios envolvendo os monopólios da sociedade de informação.	5h
<b>TOTAL</b>	<b>60h</b>

### **COMPETÊNCIAS E HABILIDADES**

As alunas e os alunos deverão aprofundar-se nas teorias que estudam a relação entre Direito, Regulação Econômica e Desenvolvimento, avaliando, em especial, a experiência brasileira e de outros países de Capitalismo Periférico. Essa reflexão irá auxiliar na definição mais coerente de marcos teóricos em pesquisas interdisciplinares que abordem Direito e Economia. O estudo da historicidade e da politicidade dos fenômenos em evidência também auxiliará na formação crítico-reflexiva dos discentes, ajudando os mesmos a entenderem os múltiplos interesses envolvidos na regulação econômica. Além disso, os discentes deverão refletir sobre as técnicas de regulação econômica e sua relação com a Ordem Econômica Constitucional de 1988, levando em consideração o seu aspecto teórico, mas também o dogmático-aplicado. Por fim, as alunas e os alunos serão estimulados a desenvolverem suas próprias reflexões sobre o tema, notadamente, sob a forma de seminários e artigos científicos.

### **MÉTODOS E AVALIAÇÃO**

- 1) Aulas expositivas dialogadas;
- 2) Seminários e debates sobre textos selecionados;
- 3) Elaboração de artigo científico.

### **BIBLIOGRAFIA**

BERCOVICI, Gilberto. *Constituição Econômica e desenvolvimento*. 2ª ed. São Paulo: Almedina, 2022.

CHANG, Ha-Joon. The economics and politics of regulation, *Cambridge Journal of Economics*, n. 21, 1997. P. 703-728.

CIMOLI, Mario; DOSI, Giovanni; MASKUS, Keith; OKEDIJI, Ruth; REICHMAN, Jerome; STIGLITZ, Joseph (eds.). *Intellectual Property Rights: Legal and Economic Challenges for Development*. Oxford University Press, Oxford, 2014.

FORGIONI, Paula. *A evolução do Direito Comercial brasileiro: da mercancia ao mercado*. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

FOX, Eleanor. Competition Policy: the comparative advantage of developing countries, *Law & contemporary problems*, v. 79: 69, n.4, 2016. P. 69-84.

FRAZÃO, Ana. *Direito da Concorrência: pressupostos e perspectivas*. São Paulo: Saraiva, 2017.

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

OKEDIJI, Ruth. Does Intellectual Property Need Human Rights?, *New York University Journal of International Law and Politics*, 51, n.1, 2018. P- 1-68.

OKEDIJI, Ruth. The Limits of International Copyright Exceptions for Developing Countries. *Vanderbilt Journal of Entertainment & Technology Law*, 21(3), 2019. P. 689-736.

SALOMÃO FILHO, Calixto. *Regulação da atividade econômica: princípios e fundamentos jurídicos*. 3ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2021.

## APROVAÇÃO



Documento assinado digitalmente

ULISSES LEVY SILVERIO DOS REIS

Data: 09/10/2023 13:37:36-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1 – Aprovada pelo Colegiado em 26/05/2023 \_\_\_\_\_

Coordenador do PPGD



Documento assinado digitalmente

IDALMIR DE SOUZA QUEIROZ JUNIOR

Data: 09/10/2023 16:20:59-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2 – Aprovada pelo CPPGIT/PROPPG \_\_\_\_\_

Presidente (a) do CPPGIT

3 – Aprovada pelo CONSEPE \_\_\_\_\_

Presidente (a) do CONSEPE

MOSSORÓ-RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)**

**IDENTIFICAÇÃO**

**PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>FUNDAMENTOS DA LIBERDADE DE INICIATIVA</b>	
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>	<b>PGD0019</b>	
<b>PROFESSOR(A)</b>	<b>CURSOS PARA OS QUAIS SÃO MINISTRADA</b>	
MARCELO LAUAR LEITE	Mestrado em direito	Optativa

<b>Nº DE CRÉDITOS</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>			
<b>04</b>		<b>Teóricas</b>	<b>60</b>	<b>Práticas</b>	<b>00</b>
		<b>Total</b>		<b>60</b>	
		<b>Semanal</b>		<b>–</b>	
<b>SEMESTRE</b>	<b>—</b>	<b>Duração em semanas</b>		<b>15</b>	
<b>PRÉ-REQUISITOS</b>		<b>PRÉ OU CO-REQUISITOS</b>			
<b>–</b>		<b>–</b>			

**EMENTA**

Morfologia da liberdade de iniciativa: história, dogmática e natureza jurídica. Facetas da liberdade de iniciativa. As subliberdades de trabalho, empresa, associação e contrato. Restrições: poder, forma e conteúdo. O futuro da liberdade de iniciativa.

**OBJETIVOS**

Contextualizar a liberdade de iniciativa econômica do ponto de vista da história constitucional; delimitar a sua natureza jurídica e conteúdo dogmático; estabelecer parâmetros e alcances para normas de contenção; debater o futuro da liberdade de iniciativa a partir de suas facetas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
1. História, dogmática e natureza da livre iniciativa	20
2. Contenções estatais à livre iniciativa	20
3. Liberdade de iniciativa aplicada	20
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>

### COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Competências e habilidades prévias requeridas: leitura, interpretação e redação de texto, fundamentos da hermenêutica jurídica, teoria geral dos contratos, da empresa e do direito societário. Competências e habilidades a serem desenvolvidas e avaliadas ao final da disciplina: capacidade de apreensão crítica de textos jurídicos; formulação de problemas, hipóteses e soluções derivadas da liberdade de iniciativa econômica; desenvolvimento de escrita científica acadêmica.

### MÉTODOS E AVALIAÇÃO

- 1) Apresentações gerais de conteúdo;
- 2) Discussões de casos e textos;
- 3) Seminários.

### BIBLIOGRAFIA

CANARIS, Claus-Wilhelm. **Direitos Fundamentais e Direito Privado**. Coimbra: Almedina, 2006.

CLARKSON, Kenneth W.; MILLER, Roger LeRoy; CROSS, Frank B. **Business Law: Text and Cases**. 14th ed. Boston: Cengage Learning, 2019.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria Geral dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: RT, 2022.

HAYEK, F. A. **A Constituição da Liberdade**. Lisboa: Edições 70, 2017.

JAEGER, Pier Giusto. **O interesse social**. São Paulo: Quartier Latin, 2023.

MARTINS, Leonardo. **Liberdade e Estado Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2012.

RODRIGUES JÚNIOR, Otávio Luiz (org). **Comentários à Lei De Liberdade Econômica**. São Paulo: RT, 2019.

SALOMÃO, Luís Felipe. **Lei De Liberdade Econômica e seus impactos no Direito Brasileiro**. São Paulo: RT, 2020.

SESTER, Peter. **Business and Investment in Brazil: Law and Practice**. Nova York: Oxford University Press, 2022.

TIMM, Luciano Benetti. **Direito contratual brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2015.

## APROVAÇÃO



Documento assinado digitalmente  
**ULISSES LEVY SILVERIO DOS REIS**  
Data: 09/10/2023 13:37:35-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1 – Aprovada pelo Colegiado em 26/05/2023 \_\_\_\_\_

Coordenador do PPGD



Documento assinado digitalmente  
**IDALMIR DE SOUZA QUEIROZ JUNIOR**  
Data: 09/10/2023 16:20:59-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2 – Aprovada pelo CPPGIT/PROPPG \_\_\_\_\_

Presidente (a) do CPPGIT

3 – Aprovada pelo CONSEPE \_\_\_\_\_

Presidente (a) do CONSEPE

**MOSSORÓ-RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)**

**IDENTIFICAÇÃO**

**PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>SEMINÁRIO DE DISSERTAÇÃO</b>	
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>	<b>PGD0001</b>	
<b>PROFESSOR(A)</b>	<b>CURSOS PARA OS QUAIS SÃO MINISTRADA</b>	
JOSÉ ALBENES BEZERRA JÚNIOR	Mestrado em direito	Obrigatória

<b>Nº DE CRÉDITOS</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>			
<b>04</b>		<b>Teóricas</b>	<b>60</b>	<b>Práticas</b>	<b>00</b>
		<b>Total</b>		<b>60</b>	
		<b>Semanal</b>		<b>–</b>	
<b>SEMESTRE</b>	<b>—</b>	<b>Duração em semanas</b>		<b>15</b>	
<b>PRÉ-REQUISITOS</b>		<b>PRÉ OU CO-REQUISITOS</b>			
<b>–</b>		<b>–</b>			

**EMENTA**

A pesquisa na pós-graduação. Documentação na pesquisa. Tema. Procedimentos metodológicos. Promover discussão e avaliação dos projetos de pesquisa dos estudantes, a fim de integrar uma formação interdisciplinar na área de investigação da ciência do Direito e possibilitar novas abordagens metodológicas, teóricas e técnicas para aprimoramento das pesquisas em curso.

**OBJETIVOS**

1. Discutir as propostas de dissertações de mestrado, com foco nas metodologias e relevância para a consolidação das linhas e área de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Direito.

2. Apresentação e discussão acerca da “Intenção da Pesquisa”, com foco na justificativa da pesquisa, da metodologia e das referências.
3. Apresentação e discussão acerca do “Texto da Dissertação”, com foco na pesquisa desenvolvida para a qualificação da dissertação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
1. Estruturação da pesquisa: fontes, metodologia e abordagem teórica	15h
2. Apresentação e discussão da “Intenção da Pesquisa”	15h
3. Apresentação e discussão do “Texto da Dissertação”	30h
<b>TOTAL</b>	<b>60 h</b>

### COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Fomentar a capacidade de reflexão crítica dos discentes a partir da problematização dos objetos de pesquisa em investigação; Ampliar as estratégias argumentativas; Fomentar a pesquisa com base nas discussões, críticas e sugestões apresentadas ou mencionadas durante as fases de apresentação e discussão da “Intenção da Pesquisa” e do “Texto da Dissertação”.

### MÉTODOS E AVALIAÇÃO

Discussão de textos relacionados aos elementos da pesquisa da dissertação. Aprofundamento do processo de construção dos textos da dissertação dos mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Direito, com foco no espaço de discussão e na preparação para o exame de qualificação. Apresentação de aulas expositivas e interativas, com base nos diferentes métodos de pesquisa. Apresentação e discussão da “Intenção da Pesquisa” e do “Texto da Dissertação”, com foco na pesquisa desenvolvida para a qualificação da dissertação.

### BIBLIOGRAFIA

- ALBARELLO, Luc et al. **Pratiques et méthodes de recherche em sciences sociales**. Paris: Armand Colin, 1995.
- BOURDIEU, Pierre et al. **El oficio de sociólogo**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.
- DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. **La construction des savoirs: Manuel de méthodologie em sciences**. Montreal: Chenelère / McGraw-Hill, 1996.
- MAIA, Mário Sérgio Falcão. **Epistemologia e Métodos da Pesquisa Jurídica: conversas com mestrandos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.
- QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (coord.). **Metodologia da Pesquisa em Direito: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- SIQUEIRA, Gustavo Silveira. **Pequeno manual de metodologia da pesquisa jurídica ou roteiro de pesquisa para estudantes de Direito**. Belo Horizonte, 2020.

## APROVAÇÃO



Documento assinado digitalmente  
ULISSES LEWY SILVERIO DOS REIS  
Data: 09/10/2023 13:40:18-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1 – Aprovada pelo Colegiado em 26/05/2023 \_\_\_\_\_  
Coordenador do PPGD



Documento assinado digitalmente  
IDALMIR DE SOUZA QUEIROZ JUNIOR  
Data: 09/10/2023 16:24:33-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2 – Aprovada pelo CPPGIT/PROPPG \_\_\_\_\_  
Presidente (a) do CPPGIT

3 – Aprovada pelo CONSEPE \_\_\_\_\_  
Presidente (a) do CONSEPE

MOSSORÓ-RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)**

**IDENTIFICAÇÃO**

**PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>PENSAMENTO POLÍTICO-CONSTITUCIONAL BRASILEIRO</b>
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>	<b>PGD0009</b>

<b>PROFESSOR(A)</b>	<b>CURSOS PARA OS QUAIS SÃO MINISTRADA</b>	
Marcelo Casseb Continentino	Mestrado em direito	Optativa

<b>Nº DE CRÉDITOS</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>			
<b>04</b>		<b>Teóricas</b>	<b>60</b>	<b>Práticas</b>	<b>00</b>
		<b>Total</b>		<b>60</b>	
		<b>Semanal</b>		<b>–</b>	
<b>SEMESTRE</b>	<b>—</b>	<b>Duração em semanas</b>		<b>15</b>	
<b>PRÉ-REQUISITOS</b>		<b>PRÉ OU CO-REQUISITOS</b>			
<b>–</b>		<b>–</b>			

**EMENTA**

História da formação do pensamento constitucional brasileiro a partir da formação do Estado do Brasil independente. O modelo constitucional conservador/nacionalista saquarema. Centralização e descentralização políticas. Críticas institucionais à experiência republicana. Desenvolvimento e autoritarismo no pós-1930. Revoluções e os intérpretes do Brasil.

**OBJETIVOS**

A presente disciplina objetiva analisar criticamente as principais linhagens do pensamento político e constitucional que iluminaram o processo de construção do Estado Nacional. Nessa perspectiva, sua abordagem está essencialmente

demarcada sobre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, de modo a possibilitar um estudo verticalizado e reflexivo do nosso pensamento constitucional em quase cem anos de existência do Estado brasileiro, procedendo-se à compreensão dos fundamentos e pilares conceituais e institucionais que se projetam até os dias atuais.

<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
<b><u>I UNIDADE:</u></b> INTRODUÇÃO À TEORIA E HISTÓRIA DO PENSAMENTO CONSTITUCIONAL: Historiografia Constitucional. Historiografia Constitucional e Política Brasileira. Pensamento Constitucional e Fundação do Império do Brasil.	20
<b><u>II UNIDADE:</u></b> HISTÓRIA DO PENSAMENTO CONSTITUCIONAL NO IMPÉRIO: Centralização e Descentralização Política no Império. Pensamento Jurídico Brasileiro. A Escola do Recife. A Geração de 1870. Cultura jurídica e política na segunda metade do Século XIX. Transição Império-República e Pensamento Jurídico e Político.	20
<b><u>III UNIDADE:</u></b> HISTÓRIA DO PENSAMENTO CONSTITUCIONAL NA REPÚBLICA: Liberalismo, Democracia e Teoria Constitucional. Crítica ao Liberalismo Brasileiro. Pensamento Constitucional Social na Era Vargas. Pensamento Jurídico e Autoritarismo.	20
<b>TOTAL</b>	60h

### **COMPETÊNCIAS E HABILIDADES**

Esperar-se, aprofundando os conhecimentos da teoria e história do pensamento constitucional e político brasileiro, propiciar a formação de alunos-pesquisadores com sólida formação histórico-teórica, que lhes forneça capacidade crítica e reflexiva adequadas à realização de análises jurídicas e políticas de nosso sistema constitucional e, ainda, à aplicação do arcabouço teórico consolidado ao longo da disciplina nas suas respectivas pesquisas durante o curso de Mestrado.

### **MÉTODOS E AVALIAÇÃO**

Sistemática de apresentação dos seminários e estrutura do trabalho final.

### **BIBLIOGRAFIA**



- CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. Brasília: Senado Federal, 2001.
- CONTINENTINO, Marcelo. Casseb. History of Constitutional Review in Brazil (From Foundation to Nowadays). *Giornale di Storia Costituzionale/Journal of Constitutional History*: Vol. 40, n. II, 2020, p. 155-190.
- FIORAVANTI, Maurizio. *Costituzione*. Bologna: Il Mulino, 2007.
- GARGARELLA, Roberto. *Latin American Constitutionalism, 1810-2010: the engine room of the constitution*. New York: Oxford Press, 2013.
- LOEWENSTEIN, Karl. *Brazil under Vargas*. New York: The MacMillan Company, 1944.
- ROSENFELD, Michel. Constitutional adjudication in Europe and the United States: paradoxes and contrasts. *International Journal of Constitutional Law*: Vol. 2, Issue 4 (October 2004), pp. 633-668.
- SALDANHA, Nelson. *História das ideias políticas do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.
- SKINNER, Quentin. *Visions of politics*. Vols. I-III. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- STOLLEIS, Michael. *Public law in Germany: a historical introduction from the 16th to the 21st century*. Transl. Thomas Dunlap. New York: Oxford University Press, 2017.
- VIANNA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

## APROVAÇÃO



Documento assinado digitalmente  
**ULISSES LEVY SILVERIO DOS REIS**  
Data: 09/10/2023 13:40:18-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1 – Aprovada pelo Colegiado em 26/05/2023 \_\_\_\_\_  
Coordenador do PPGD



Documento assinado digitalmente  
**IDALMIR DE SOUZA QUEIROZ JUNIOR**  
Data: 09/10/2023 16:24:33-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2 – Aprovada pelo CPPGIT/PROPPG \_\_\_\_\_  
Presidente (a) do CPPGIT

3 – Aprovada pelo CONSEPE \_\_\_\_\_  
Presidente (a) do CONSEPE

MOSSORÓ-RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)**

**IDENTIFICAÇÃO**

**PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>TEORIAS DO CONFLITO E JUDICIALIZAÇÃO</b>
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>	<b>PGD0007</b>

<b>PROFESSOR(A)</b>	<b>CURSOS PARA OS QUAIS SÃO MINISTRADA</b>	
José Albenes Bezerra Júnior	Mestrado em direito	Optativa

<b>Nº DE CRÉDITOS</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>			
<b>04</b>		<b>Teóricas</b>	<b>60</b>	<b>Práticas</b>	<b>00</b>
		<b>Total</b>		<b>60</b>	
		<b>Semanal</b>		<b>–</b>	
<b>SEMESTRE</b>	<b>—</b>	<b>Duração em semanas</b>		<b>15</b>	
<b>PRÉ-REQUISITOS</b>		<b>PRÉ OU CO-REQUISITOS</b>			
<b>–</b>		<b>–</b>			

**EMENTA**

Teorias do Conflito. Tipologia de conflitos e de tratamentos. Processos institucionais de administração de conflitos. Formas extrajudiciais de tratamento de conflitos. A judicialização dos conflitos sociais.

**OBJETIVOS**

1. Analisar com fundamento nas teorias do conflito a aplicabilidade dos métodos autocompositivos, dialógicos e consensuais para administração de conflitos, em comparação com os processos de judicialização e o direito fundamental de acesso à justiça.
2. Analisar o acesso à justiça por meio dos conceitos, dos obstáculos ao mesmo, bem como das tendências apresentadas e desenvolvidas ao longo dos dois últimos séculos.

3. Analisar as alternativas à jurisdição, passando pela concepção de monopólio estatal de resolução de conflitos e pelas formas diversas de resolução de conflitos.
4. Analisar a construção dos conflitos nas esferas pública e privada, bem como as peculiaridades e perspectivas de resolução de conflitos.
5. Analisar o desenvolvimento, a construção e a execução das políticas de consensualização de conflitos nas esferas judicial e extrajudicial.

<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
1. Teoria do conflito; Acesso à Justiça: Conceito, obstáculos e tendências.	20h
2. Conflitos na esfera pública e privada; Judicialização dos conflitos; Alternativas à jurisdição.	20h
3. Desenvolvimento, construção e execução de políticas de consensualização de conflitos.	20h
<b>TOTAL</b>	<b>60h</b>

<b>COMPETÊNCIAS E HABILIDADES</b>
<p>Espera-se que os discentes tomem consciência da importância dos métodos autocompositivos para a solução de conflitos a partir do reconhecimento das tipologias dos conflitos, desenvolvam capacidades para percepção das fontes dos conflitos que lhes são apresentados na prática, e que possam utilizar as técnicas necessárias para identificação dos métodos adequados e aplicação no caso concreto.</p> <p>Espera-se que os discentes analisem o acesso à justiça nas suas mais diversas concepções, bem como as alternativas à jurisdição. Com o conhecimento acerca dos conflitos nas esferas pública e privada, bem como das perspectivas quanto às formas de resolução de conflitos e das políticas públicas de consensualização de conflitos (ou ausência destas), espera-se dos discentes uma maior inserção na construção dos aspectos críticos necessários ao desenvolvimento das pesquisas.</p>

<b>MÉTODOS E AVALIAÇÃO</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Aulas expositivas dialogadas no formato <i>on line</i>;</li> <li>2) Apresentação de textos para discussão;</li> <li>3) Leitura reflexiva de textos e materiais; e</li> <li>4) Elaboração de resenhas críticas e artigos científicos.</li> </ol>

<b>BIBLIOGRAFIA</b>

AGUILAR VILLANUEVA, Luis F. **La hechura de las políticas**. México: Porrúa, 1992.

ALCALÁ-ZAMORA Y CASTILLO, Niceto. **Proceso, autocomposición y autodefensa: contribución al estudio de los fines del proceso**. 3ed. México: UNAM, 1991.

BERGAMASCHI, André Luís. **Releitura crítica dos meios consensuais como forma de acesso à justiça**. Tese de doutorado. Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, 2019.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1988.

FRANCO, Marcelo Veiga. **Administração Pública como litigante habitual: A necessária mudança da cultura jurídica de tratamento dos conflitos**. Londrina: Thoth, 2021.

GABBAY, Daniela Monteiro. **Mediação e Judiciário: Condições necessárias para a institucionalização dos meios autocompositivos de solução de conflitos**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

GALANTER, Marc. Access to Justice in a World of Expanding Social Capability. **Fordham Urban Law Journal**, v.37, n.1, 2009, p. 115-128.

GARGARELLA, Roberto (comp). **Por una justicia dialógica: el poder judicial como promotor de la deliberación democrática**. Buenos Aires: Siglo Veintuno Editores, 2014.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo Estado de Direito**. 2ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MENKEL-MEADOW, Carrie J., **Mediation, Arbitration, and Alternative Dispute Resolution (ADR)**. International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences, Elsevier Ltd. 2015; UC Irvine School of Law Research Paper N. 2015-59.

MORAIS, J. L. B. ; SPENGLER, F. M. **Mediação e arbitragem. Alternativas à jurisdição**. 4ª. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019.

RESNIK, Judith. Mediating Preferences: Litigant Preferences for Process and Judicial Preferences for Settlement. **Journal of Dispute Resolution**, v.2002, n.1, 2022, p.155-169.

SANDER, Frank E. A.; CRESPO, Mariana Hernandez. A Dialogue Between Professors Frank Sander and Mariana Hernandez Crespo: Exploring the Evolution of the Multi-Door Courthouse. **University of St. Thomas Law Journal**, v.5, n.3, 2008, p.665-674.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Por uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez, 2011.

SARAIVA, A. da C. ; SPENGLER, F. M. Mediación Extrajudicial como política pública de acceso a la justicia de acuerdo com la ley n. 13.140/2015. **Revista Direito e Desenvolvimento**, v.11, p.187-198, 2020.

SPENGLER, Fabiana Marion. **Da jurisdição à mediação: por uma outra cultura no tratamento dos conflitos**. Ijuí: UNIJUÍ, 2020.

SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER, P.H.M. La autocomposición como mecanismo adecuado para resolver/administrar los litigios derivados de la implementación de las políticas de salud pública. **Revista Derecho y Salud Journal of Law and Health**, v.4, p.28-38, 2020.

STANGHERLIN, C. ; SPENGLER, F. M. . Políticas públicas para la autocomposición de conflictos y la formación actual de profesionales del derecho en Brasil. **Revista de Derecho y Câmbio Social**, v. 63, p. 218-229, 2020.

TAKAHASHI, Bruno. **Jurisdição e Litigiosidade: Partes e instituições em conflito**. 2019. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de São Paulo, 2019, São Paulo, 2019.

## APROVAÇÃO



Documento assinado digitalmente

ULISSES LEVY SILVERIO DOS REIS

Data: 09/10/2023 13:40:18-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1 – Aprovada pelo Colegiado em 26/05/2023 \_\_\_\_\_

Coordenador do PPGD

2 – Aprovada pelo CPPGIT/PROPPG \_\_\_\_\_  
Presidente (a) do CPPGIT

3 – Aprovada pelo CONSEPE \_\_\_\_\_  
Presidente (a) do CONSEPE

**MOSSORÓ-RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)**

**IDENTIFICAÇÃO**

**PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>EDUCAÇÃO JURÍDICA, CONFLITUOSIDADE E PROFISSIONALIZAÇÃO</b>	
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>	<b>PGD0018</b>	
<b>PROFESSOR(A)</b>	<b>CURSOS PARA OS QUAIS SÃO MINISTRADA</b>	
RAMON REBOUÇAS NOLASCO DE OLIVEIRA	Mestrado em direito	Optativa

<b>Nº DE CRÉDITOS</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>			
<b>04</b>		<b>Teóricas</b>	<b>60</b>	<b>Práticas</b>	<b>00</b>
		<b>Total</b>		<b>60</b>	
		<b>Semanal</b>		<b>–</b>	
<b>SEMESTRE</b>	<b>—</b>	<b>Duração em semanas</b>		<b>15</b>	
<b>PRÉ-REQUISITOS</b>		<b>PRÉ OU CO-REQUISITOS</b>			
<b>–</b>		<b>–</b>			

**EMENTA**

Antecedentes históricos do ensino jurídico brasileiro. Pesquisa jurídica e extensão universitária na formação do bacharel em Direito. O papel das Práticas Jurídicas e dos estágios no itinerário formativo discente. Concepções e métodos de ensino-aprendizagem vivenciados na graduação e pós-graduação brasileira na área do Direito. Práticas judiciárias e comunitárias na abordagem da conflituosidade social. O preparo dos pesquisadores e dos profissionais das carreiras jurídicas tradicionais no contexto dos novos modos de responder aos problemas contemporâneos.

**OBJETIVOS**

Este componente curricular visa explorar um pouco dos percursos trilhados pelas instituições formadoras dos profissionais do Direito no Brasil, a fim de ampliar a compreensão dos pós-graduandos em temas fundamentais para o Direito, a democracia e os conflitos sociais, em íntimo diálogo com a área de concentração do PPGD/UFERSA. Para fortalecer a Linha 2 do Programa (“Estado, conflitos e direitos fundamentais”), a disciplina contemplará o papel das instituições estatais no tratamento dos conflitos, em face do fenômeno relevante da judicialização e da ocupação central das tradicionais profissões jurídicas, afinando-se, assim, à Sublinha “Judicialização, Profissão Jurídica e Conflito”. Todavia, o foco não será “Teorias do conflito e a judicialização” (título de outra disciplina do PPGD). Por seu turno, o presente componente enfatizará a educação jurídica, os aspectos acadêmicos da formação dos bacharéis e pós-graduandos, as dimensões didático-pedagógicas dos cursos jurídicos, as experiências universitárias que marcam e modulam o trabalho dos juristas profissionais, suas práticas na vida social a partir do treinamento institucional recebido durante os processos de ensino-aprendizagem e avaliação.

De forma tópica, os objetivos podem ser descritos assim:

1. Compreender os antecedentes históricos dos cursos jurídicos nacionais;
2. Estudar a importância da pesquisa e da extensão na formação em Direito;
3. Investigar o papel das práticas jurídicas e dos estágios no itinerário formativo discente;
4. Discutir as concepções e metodologias aplicadas ao ensino, aprendizagem e avaliação na educação jurídica brasileira;
5. Identificar as relações entre a formação jurídica e as práticas judiciais e extrajudiciais no tratamento de conflitos;
6. Analisar os meios educacionais utilizados no preparo dos juristas contemporâneos para responder às demandas atuais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
<p><b>1. Antecedentes históricos do ensino jurídico brasileiro</b></p> <p>1.1. <i>Primeiros cursos de Direito no país e o bacharelismo liberal;</i></p> <p>1.2. <i>Discursos sobre “crise” no ensino jurídico;</i></p> <p>1.3. <i>A expansão dos cursos, sistemas de avaliação e diretrizes curriculares nacionais;</i></p>	10
<p><b>2. Pesquisa jurídica e extensão universitária na formação do bacharel em Direito</b></p> <p>2.1 <i>O reducionismo da educação jurídica às práticas de ensino bancário;</i></p> <p>2.2 <i>A iniciação científica nos cursos jurídicos e a “cientificidade” do Direito;</i></p> <p>2.3 <i>A extensão como locus marginal e residual ou como efetiva comunicação e diálogo social de formação cidadã;</i></p>	10
<p><b>3. O papel das Práticas Jurídicas e dos estágios no itinerário formativo discente</b></p> <p>3.1 <i>O Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) como ambiente formativo e articulador;</i></p> <p>3.2 <i>As práticas da assistência, assessoria, consultoria e as clínicas de direitos;</i></p> <p>3.3 <i>Campos de estágios: espaços de treinamento supervisionado e/ou de exploração de mão de obra</i></p>	10
<p><b>4. Concepções e métodos de ensino-aprendizagem vivenciados na graduação e pós-graduação brasileira na área do Direito</b></p> <p>4.1 <i>Carências na formação docente: teorias de currículo, teorias da aprendizagem e aspectos didático-pedagógicos sonogados;</i></p> <p>4.2 <i>Metodologias passivas e metodologias ativas de ensino-aprendizagem-avaliação;</i></p> <p>4.3 <i>Relatos de práticas e experiências inovadoras na educação jurídica brasileira;</i></p>	10
<p><b>5. Práticas judiciais e comunitárias na abordagem da conflituosidade social</b></p> <p>5.1 <i>A judicialização como conquista cidadã e como dependência estatalizante: a retórica do acesso à Justiça;</i></p> <p>5.2 <i>A democratização da Justiça pela via comunitária: elementos do paradigma da Justiça Restaurativa;</i></p> <p>5.3 <i>Estudos de casos de tratamento de conflitos por vias não judiciais e suas</i></p>	10

<i>contribuições para a formação jurídica.</i>	
<b>6. O preparo dos pesquisadores e dos profissionais das carreiras jurídicas tradicionais no contexto dos novos modos de responder aos problemas contemporâneos</b>	
6.1 A Pedagogia do CNJ e a jurimetria guiando o discurso de eficiência da Justiça;	10
6.2 Novas tecnologias e inteligência artificial: (des)humanização em perspectiva;	
6.3 Justiça cognitiva, cidadania planetária e transdisciplinaridade: qual profissionalização queremos?	
<b>TOTAL</b>	60

## COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

### Competências e Habilidades **cognitivas**:

1. Identificar elementos marcantes do(s) pensamento(s) jurídico(s) nacional(is) no percurso do ensino jurídico;
2. Compreender elementos básicos sobre as teorias de currículo e de aprendizagem e suas relações com experiências da educação jurídica brasileira;

### Competências e Habilidades **procedimentais**:

1. Inovar, em seu fazer profissional (acadêmico ou não), os modos de abordar os conflitos em âmbito judicial e extrajudicial;
2. Desenvolver críticas embasadas a respeito das deficiências na formação jurídica ofertada pelas instituições universitárias e do sistema de Justiça brasileiro;

### Competências e Habilidades **atitudeis**:

1. Reconhecer o valor da iniciação científica e da atividade extensionista na formação em Direito, bem como das práticas jurídicas e dos estágios;
2. Refletir, de forma autocrítica, sobre sua formação jurídica e atuação prático-profissional.

## MÉTODOS E AVALIAÇÃO

O componente curricular está formatado para permitir seu curso tanto de modo presencial quanto remotamente, com suporte de plataformas digitais de videoconferência, com atividades síncronas e assíncronas.

A disciplina se desenvolverá com espaços abertos para interação, com debates sobre os assuntos abordados, considerando que a participação estudantil será critério avaliativo, por seu caráter formativo e por exigências da pós-graduação em preparar sujeitos ativos e criativos, capazes de se expressar com autonomia e criticidade.

Essa participação estudantil poderá ocorrer por meio de intervenções orais e escritas, durante as aulas, assim como em avaliações específicas, na forma de apresentação de seminários e textos (artigo, ensaio, resenha, fichamento, etc.) que deverão ser entregues ao docente. Ademais, os diálogos poderão se processar por *e-mail* e outros ambientes de aprendizagem.

Para assegurar autonomia e flexibilidade ao docente ministrante, para adequação ao perfil dos estudantes, bem como a fim de garantir segurança e transparência ao processo educacional, os pesos, prazos e formatos específicos das atividades avaliativas serão apresentados no início da primeira aula, desenvolvendo-se este PGCC no respectivo plano de curso/ensino da disciplina.

Os métodos de ensino e recursos didáticos serão os seguintes: 1) Aula expositiva dialogada; 2) Indicação de leituras; 3) Discussão de textos; 4) Apresentação de slides com textos e imagens; e 5) Reprodução de vídeos.

## BIBLIOGRAFIA



### Referências básicas:

DANTAS, San Tiago; FALCÃO, Joaquim; STUCKEY, Roy. **Ensino jurídico e método de caso**. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, 2010. 124 p. – (Cadernos FGV Direito Rio. Educação e direito, vol. 3). Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10400/Cadernos%20FGV%20Direito%20Rio%20-%20Vol.%203.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 09 jul. 2021.

FELIX, Loussia Penha Musse. (ed.) **Ensino Superior na América Latina: reflexões e perspectivas sobre Direito**. Projeto Tuning América Latina. Bilbao: Universidad de Deusto, 2014. Disponível em:

<http://tuningacademy.org/wp-content/uploads/2014/09/A-Latina-2013-Derecho-PORT.pdf>. Acesso 09 jul. 2021.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum; PEDDE, Valdir; IMPERATORE, Jorge Luis Ribeiro. **Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo?** Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. In: Anais... XV Colóquio de Gestão Universitária: Desafios da Gestão Universitária no Século XXI, 2015, Mar Del Plata (Argentina), 2015. Disponível em: . Acesso em: 15. jul. 2019.

JANEČEK, Václav; WILLIAMS, Rebecca; KEEP, Ewart. Education for the provision of technologically enhanced legal services. **Computer Law & Security Review**, v. 40, April, 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.1016/j.clsr.2020.105519>. Acesso em 29 jan. 2021.

MUNOS, L., Fernando. Cause Lawyering and Compassionate Lawyering in Clinical Legal Education: The Case of Chile. **Indiana Journal of Global Legal Studies**, v. 27, n. 1, 2020, p. 231-248. Disponível em:

<link.gale.com/apps/doc/A641039847/AONE?u=capes&sid=AONE&xid=6276aeed>. Acesso em 29 jan. 2021.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de; CUNHA, Luciana Gross. Os indicadores sobre o Judiciário brasileiro: limitações, desafios e o uso da tecnologia. **Direito GV**, São Paulo, v. 16, n. 1, e1948, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/RvqncfcBvkKNhpdZYVRX93x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 jul. 2021.

OLIVEIRA, Ramon Rebouças Nolasco de. **Educação jurídica em contextos de inovação pedagógica e sociocultural: a experiência brasileira nas perspectivas docente e discente da FD-UnB e UFERSA**. 2019. 509 f., il. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.unb.br/handle/10482/37672>. Acesso em 09 jul. 2021.

PEREZ RAGONE, Álvaro. Aportes para Enseñanza del Derecho Probatorio: método colaborativo inducido por el diálogo socrático. **Rev. Fac. Der.**, Montevideo, n. 45, p. 262-291, nov. 2018. Disponível em:

<http://www.scielo.edu.uy/pdf/rfd/n45/2301-0665-rfd-45-262.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021.

VENTURELLI, Fiegelist; ALEJANDRO, Boris. Importancia de la negociación en la educación legal chilena. Un análisis comparado. **Rev. Derecho**, Barranquilla, n. 51, p. 6-28, jun. 2019. Disponível em:

<http://www.scielo.org.co/pdf/dere/n51/0121-8697-dere-51-6.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021.

WINTERSTEIGER, Lisa. Legal education beyond the academy: the neoliberal reorientation of public legal education. **Law Critique**, 30, 123–129 (2019). <https://doi-org.ez13.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s10978-019-09244-9>. Acesso em 29 jan. 2021.

**APROVAÇÃO**



Documento assinado digitalmente

ULISSES LEVY SILVERIO DOS REIS

Data: 09/10/2023 13:40:18-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1 – Aprovada pelo Colegiado em 26/05/2023 \_\_\_\_\_

Coordenador do PPGD



Documento assinado digitalmente

IDALMIR DE SOUZA QUEIROZ JUNIOR

Data: 09/10/2023 16:24:33-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2 – Aprovada pelo CPPGIT/PROPPG \_\_\_\_\_

Presidente (a) do CPPGIT

3 – Aprovada pelo CONSEPE \_\_\_\_\_

Presidente (a) do CONSEPE

MOSSORÓ-RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)**

**IDENTIFICAÇÃO**

**PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>ELEMENTOS DE TEORIA DA CONSTITUIÇÃO</b>
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>	<b>PGD0003</b>

<b>PROFESSOR(A)</b>	<b>CURSOS PARA OS QUAIS SÃO MINISTRADA</b>	
Rafael Lamera Giesta Cabral	Mestrado em direito	Obrigatória

<b>Nº DE CRÉDITOS</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>			
<b>04</b>		<b>Teóricas</b>	<b>60</b>	<b>Práticas</b>	<b>00</b>
		<b>Total</b>		<b>60</b>	
		<b>Semanal</b>		<b>–</b>	
<b>SEMESTRE</b>	<b>—</b>	<b>Duração em semanas</b>		<b>15</b>	
<b>PRÉ-REQUISITOS</b>		<b>PRÉ OU CO-REQUISITOS</b>			
<b>–</b>		<b>–</b>			

**EMENTA**

O surgimento da constituição enquanto forma e matéria constitucional. A relação entre as categorias da teoria da constituição e os paradigmas do Estado de Direito. A constituição no Estado liberal, autoritário, social e democrático. As pretensões de legitimidade do constitucionalismo democrático. Jurisdição constitucional.

**OBJETIVOS**

A disciplina assume o pressuposto de que a jurisdição constitucional integra o conceito de constituição, sendo-lhe essencial à configuração do Estado Democrático de Direito, embora o conceito semântico de constituição não seja universalizável a todas as experiências (passadas e presentes) do constitucionalismo moderno. Nessa perspectiva, objetiva-se aprofundar a jurisdição constitucional em suas diversas perspectivas, desde as suas fundações até alguns dos problemas fundamentais enfrentados na atualidade.

<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
1. Teoria e história da constituição. Constitucionalismo. Conceito e usos da Constituição. Constitucionalismo na Europa e na América. Constitucionalismo latino-americano. Constitucionalismo Brasileiro.	20h
1. Direitos humanos e constituição. Poder Constituinte. Direitos Cíveis e Políticos. Direitos Sociais. Direitos Econômicos.	20h
1. Jurisdição Constitucional. Crise constitucional. Erosão Constitucional.	20h
<b>TOTAL</b>	<b>60h</b>

<b>COMPETÊNCIAS E HABILIDADES</b>
Espera-se que ao aprofundar os conhecimentos da Teoria da Constituição, seja possível formar estudantes-pesquisadores com sólida formação teórica, com capacidade crítica e reflexiva adequadas à realização de análises jurídicas e políticas de qualquer sistema constitucional, com aplicação do arcabouço teórico consolidado ao longo da disciplina nas suas respectivas pesquisas no curso de mestrado em Direito.

<b>MÉTODOS E AVALIAÇÃO</b>
Aulas expositivas, com a sistemática de apresentação de seminários e organização de um paper temático.

<b>BIBLIOGRAFIA</b>
<p>ARANTES, Rogério Bastos. STF e Constituição policy-oriented. SUPREMA – _Revista de Estudos Constitucionais, Vol. 1, n. 1, 2021.</p> <p>CLAVERO, Bartolomé. Constitucionalismo y colonialismo en las Américas: El paradigma perdido en la historia constitucional. Revista de historia del derecho, n. 53, 2017.</p> <p>COLÓN-RÍOS, Joel. Constituent Power and the Law. Oxford: Oxford University Press, 2021.</p> <p>FIORAVANTI, Maurizio. Constitución: de la antigüedad a nuestros días. Madrid: Editorial Trotta, 2001.</p> <p>HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos: uma longa história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.</p> <p>LORENZETTO, Bruno Meneses; KOZICKI, Katya. Constituindo a Constituição: entre paradoxos, razões e resultados. Revista Direito GV, São Paulo, Vol. 11, n. 2, 2015.</p> <p>MEYER, Emílio Peluso Neder. Constitutional Erosion in Brazil. Oxford: Hart Publishing, 2021.</p> <p>ROSENFELD, Michel; SAJÓ, Andrés. (ed.). The Oxford Handbook of Comparative Constitutional Law. Oxford: Oxford University Press, 2012.</p> <p>SILVA, Cristina Nogueira da. Como contar a história dos direitos humanos na Europa. Algumas questões metodológicas. Revista Jurídica da Ufersa, Mossoró, V. 6, n. 12, 2022.</p> <p>STOURZH, Gerald. Constitution: changing meanings of the term from the early seventeenth to the late eighteenth century. In: STOURZH, Gerald. From Vienna to Chicago and back. Essays on Intellectual History and Political Thought in Europe and America. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.</p>

<b>APROVAÇÃO</b>



Documento assinado digitalmente  
**ULISSES LEVY SILVERIO DOS REIS**  
Data: 09/10/2023 13:40:18-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1 – Aprovada pelo Colegiado em 26/05/2023 \_\_\_\_\_

Coordenador do PPGD



Documento assinado digitalmente  
**IDALMIR DE SOUZA QUEIROZ JUNIOR**  
Data: 09/10/2023 16:24:33-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2 – Aprovada pelo CPPGIT/PROPPG \_\_\_\_\_

Presidente (a) do CPPGIT

3 – Aprovada pelo CONSEPE \_\_\_\_\_

Presidente (a) do CONSEPE

**MOSSORÓ-RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)**

**IDENTIFICAÇÃO**

**PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>DIMENSÕES HISTÓRICO-SOCIOLÓGICAS DO CONSTITUCIONALISMO</b>
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>	<b>PGD0015</b>

<b>PROFESSOR(A)</b>	<b>CURSOS PARA OS QUAIS SÃO MINISTRADA</b>	
Raphael Peixoto de Paula Marques	Mestrado em direito	Optativa

<b>Nº DE CRÉDITOS</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>			
<b>04</b>		<b>Teóricas</b>	<b>60</b>	<b>Práticas</b>	<b>00</b>
		<b>Total</b>		<b>60</b>	
		<b>Semanal</b>		<b>–</b>	
<b>SEMESTRE</b>	<b>—</b>	<b>Duração em semanas</b>		<b>15</b>	
<b>PRÉ-REQUISITOS</b>		<b>PRÉ OU CO-REQUISITOS</b>			
<b>–</b>		<b>–</b>			

**EMENTA**

Constituição, constitucionalismo e democracia. As relações entre o constitucionalismo contemporâneo e as transformações no regime moderno de historicidade. Constituição, Direito e Política. Os desafios posto à forma constitucional na contemporaneidade. As narrativas e os percursos construídos a partir da história constitucional contemporânea.

**OBJETIVOS**

A disciplina busca estudar o direito constitucional enquanto um fenômeno histórico-social, não linear, contingente, contextual e complexo, enfatizando a dinâmica existente entre as mudanças sociais, econômicas e políticas e as formulações do fenômeno constitucional ao longo da história do mundo ocidental, em especial a partir da experiência jurídica brasileira. Nesse sentido, adota-se a opinião do professor Antônio Manuel Hespanha de que a História

Constitucional possui uma dimensão formativa para o(a) jurista, na medida em que exerce uma função crítica da dogmática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
1. Forma constitucional e constitucionalismo	20
2. Constitucionalismo e luta por direitos	20
1. Constitucionalismo, autoritarismo, exceção: experiências e percursos	20
<b>TOTAL</b>	60h

### COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Ao final da disciplina, espera-se que os(as) alunos(as) sejam capazes de:

- Compreender a historicidade da experiência constitucional, ao perceber que o direito existe sempre “em sociedade” e que as soluções jurídicas adotadas ao longo do tempo são sempre contingentes em relação a um dado contexto;
- Avaliar criticamente como a história é retratada pelo discurso jurídico dogmático (decisões judiciais e doutrina jurídica);
- Compreender os conceitos fundamentais da experiência jurídico-político moderna a partir da sua dimensão histórica;
- Identificar os limites do direito moderno quanto à igualdade, a partir da percepção dos processos históricos de lutas por inclusão, considerando os recortes de raça, gênero e classe social;
- Reconstruir a estrutura argumentativa de um texto acadêmico no campo da História do Direito, sendo capaz de identificar os seus marcadores de qualidade;
- Analisar criticamente fontes primárias relacionadas à experiência jurídica brasileira.

### MÉTODOS E AVALIAÇÃO

As aulas serão expositivas e dialogadas, baseadas na discussão dos textos indicados na bibliografia obrigatória. A dinâmica das aulas será a seguinte: (a) apresentação do seminário; (b) comentários dos(as) alunos(as); (c) exposição dos temas pelo professor; (d) debate.

### BIBLIOGRAFIA

CERCEL, Cosmin; LAVIS, Simon; GIACOMO FUSCO, Gian (org.). **States of Exception: law, history, theory**. New York: Routledge, 2020.

DANTAS, Mônica Duarte; BARBOSA, Samuel (org.). **Constituição de poderes, constituição de sujeitos: caminhos da história do Direito no Brasil (1750-1930)**. São Paulo: USP, 2021.

GARGARELLA, Roberto. **La sala de máquinas de la Constitución: dos siglos de constitucionalismo em América Latina (1810-2010)**. Buenos Aires: Katz Editores, 2015.

LOUGHLIN, Martin. **Against Constitutionalism**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2022.

SILVA, Cristina Nogueira da. Como contar a história dos Direitos Humanos: algumas questões metodológicas. **Revista Jurídica da UFERSA**, v. 6, n. 12, 2022.

PAIXÃO, Cristiano; CARVALHO, Claudia Paiva (org.). **História Constitucional Brasileira: da Primeira República à Constituição de 1988**. São Paulo: Almedina, 2023.

QUEIROZ, Marcos. **Constitucionalismo brasileiro e o Atlântico Negro. A experiência constituinte de 1823 diante da Revolução Haitiana**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.

ROSENFELD, Luís. **Revolução conservadora. Genealogia do constitucionalismo autoritário brasileiro (1930-1945)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

RUBIO-MARIN, Ruth. **Global gender constitutionalism and women’s citizenship**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

STOURZH, Gerald. Constitution: changing meanings of the term from the early seventeenth to the late eighteenth century. In: \_\_\_\_\_. **From Vienna to Chicago and back. Essays on Intellectual History and Political Thought in Europe and America**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

## APROVAÇÃO



Documento assinado digitalmente  
**ULISSES LEVY SILVERIO DOS REIS**  
Data: 09/10/2023 13:41:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1 – Aprovada pelo Colegiado em 26/05/2023 \_\_\_\_\_

Coordenador do PPGD



Documento assinado digitalmente  
**IDALMIR DE SOUZA QUEIROZ JUNIOR**  
Data: 09/10/2023 16:27:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2 – Aprovada pelo CPPGIT/PROPPG \_\_\_\_\_

Presidente (a) do CPPGIT

3 – Aprovada pelo CONSEPE \_\_\_\_\_

Presidente (a) do CONSEPE

MOSSORÓ-RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)**

**IDENTIFICAÇÃO**

**PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>FORMAÇÃO SOCIAL LATINO-AMERICANA E O NOVO CONSTITUCIONALISMO</b>
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>	<b>PGD0010</b>

<b>PROFESSOR(A)</b>	<b>CURSOS PARA OS QUAIS SÃO MINISTRADA</b>	
MARCUS PINTO AGUIAR	Mestrado em direito	Optativa

<b>Nº DE CRÉDITOS</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>			
04		<b>Teóricas</b>	<b>60</b>	<b>Práticas</b>	<b>00</b>
		<b>Total</b>		<b>60</b>	
		<b>Semanal</b>		<b>—</b>	
<b>SEMESTRE</b>	—	<b>Duração em semanas</b>		<b>15</b>	
<b>PRÉ-REQUISITOS</b>		<b>PRÉ OU CO-REQUISITOS</b>			
—		—			

**EMENTA**

**OBJETIVOS**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**CARGA HORÁRIA**

1. Direito e Marxismo	15h
2. Formação Social Latino-Americana	15h
3. Novo Constitucionalismo Latino-Americano	15h
4. Corte Interamericana, <i>Ius Commune</i> Regional e Democracia	15h
<b>TOTAL</b>	60h

### **COMPETÊNCIAS E HABILIDADES**

### **MÉTODOS E AVALIAÇÃO**

### **BIBLIOGRAFIA**

BOGDANDY, Armin Von. **Ius constitutionale commune in Latin America**: a look at a transformative constitutionalism. Revista Derecho del Estado (2015), Vol. 34, pp. 3-50.

CASSAGNE, Juan Carlos. **El nuevo constitucionalismo y las bases del orden jurídico**. Revista de Investigações Constitucionais, vol.2, n. 1, janeiro/abril 2015. Núcleo de Investigações Constitucionais da UFPR. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rinc/a/Rn7tDDHkjQqDTyPjBFVprcG/?format=pdf&lang=es>>. Acesso em 06.mai.2023.

DAME, Hartley F. **Need for Latin American studies**. World Affairs, Vol. 128, Issue 3 (October-December 1965), pp. 155-162.

FUKUYAMA, Francis. **The Latin American experience: Poverty, Inequality, and Democracy**. Journal of Democracy, Vol. 19, Issue 4 (October 2008), pp. 69-79.

MASCARO, Allysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NARANJO NAVAS, Christian Paul; NARANJO NAVAS, Bryan Josue. **On the Latin American revolutions' manifesto**. Estudios Varios. Revista Internacional de Pensamiento Político, (June 2019). Vol. 14, pp. 437-456.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

PASTO, Roberto Viciano; DALMAU, Ruben Martinez. **O papel da Corte Interamericana de Direitos humanos na construção dialogada do Ius Constitutionale Commune na América Latina**. Section IV: Novo Constitucionalismo Latino-Americano. Brazilian Journal of Public Policy, Vol. 9, Issue 2 (August 2019), pp. 332-348.

VALDES, Saborit; CARIDAD, Kirenia. **Political subjects and culture resistance in Latin America**: Notes for a Debate. Estudios Varios. Revista Internacional de Pensamiento Político, (October 2019). Vol. 14, pp. 483-498.

WOLKMER, Antonio Carlos; FAGUNDES, Lucas Machado. **Tendências contemporâneas do constitucionalismo latino-americano**: Estado plurinacional e pluralismo jurídico. Revista Pensar, Fortaleza, v. 16, n. 2, p. 371-408, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/2158>>. Acesso em 06.mai.2023.

## APROVAÇÃO



Documento assinado digitalmente  
ULISSES LEVY SILVERIO DOS REIS  
Data: 09/10/2023 13:41:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1 – Aprovada pelo Colegiado em 26/05/2023 \_\_\_\_\_  
Coordenador do PPGD



Documento assinado digitalmente  
IDALMIR DE SOUZA QUEIROZ JUNIOR  
Data: 09/10/2023 16:27:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2 – Aprovada pelo CPPGIT/PROPPG \_\_\_\_\_  
Presidente (a) do CPPGIT

3 – Aprovada pelo CONSEPE \_\_\_\_\_  
Presidente (a) do CONSEPE

**MOSSORÓ-RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)

IDENTIFICAÇÃO

PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA

<b>DISCIPLINA</b>	<b>MÉTODOS EM PESQUISA NO DIREITO</b>
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>	<b>PGD0002</b>

<b>PROFESSOR(A)</b>	<b>CURSOS PARA OS QUAIS SÃO MINISTRADA</b>	
VALTER MOURA DO CARMO	Mestrado em direito	Obrigatória

<b>Nº DE CRÉDITOS</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>			
<b>04</b>		<b>Teóricas</b>	<b>60</b>	<b>Práticas</b>	<b>00</b>
		<b>Total</b>		<b>60</b>	
		<b>Semanal</b>		<b>–</b>	
<b>SEMESTRE</b>	<b>—</b>	<b>Duração em semanas</b>		<b>15</b>	
<b>PRÉ-REQUISITOS</b>		<b>PRÉ OU CO-REQUISITOS</b>			
<b>–</b>		<b>–</b>			

EMENTA

O que é pesquisa em Direito? O pensamento jurídico moderno e contemporâneo entre empirismo, positivismo e humanismo. O realismo jurídico e as premissas fundantes da investigação empírica no Direito. Métodos de pesquisa das ciências sociais e métodos de pesquisa em Direito. As pesquisas empíricas pós-Constituição de 1988 e desenvolvimento. Pesquisas sobre sistema de justiça e análise das decisões judiciais. Pesquisas em História Constitucional. Os desafios da pesquisa empírica e o diálogo com a dogmática jurídica.

OBJETIVOS

1. Apresentar aos discentes, reflexões epistemológicas e metodológicas concretas e úteis para a realização do trabalho de pesquisa no curso de mestrado.
2. Demonstrar a forma correta da padronização dos trabalhos acadêmicos, tendo como base a ABNT.

3. Relatar os principais documentos da CAPES para a avaliação dos programas de pós-graduação em Direito.

<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
1. Funcionamento e avaliação dos programas de pós-graduação em Direito	10
2. Tipos epistemológicos e metodológicos da pesquisa jurídica	20
3. Enfoque quantitativo e qualitativo da pesquisa jurídica	10
4. O plano de pesquisa jurídico institucional e a sua execução	10
5. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas	10
<b>TOTAL</b>	<b>60h</b>

### **COMPETÊNCIAS E HABILIDADES**

Competências: capacidade de identificação, classificação e análise crítica dos diversos tipos epistemológicos e metodológicos da pesquisa jurídica no ambiente de desenvolvimento institucional.

Habilidades: reflexão, escolha e utilização de técnicas metodológicas específicas para o desenvolvimento da pesquisa jurídica institucional e da sua apresentação textual.

### **MÉTODOS E AVALIAÇÃO**

O curso será composto por aulas expositiva-dialogadas, com debate dos textos indicados, conjugado com seminários para apresentação das pesquisas em desenvolvimento pelos discentes.

Oferta de oficinas com a participação de docentes externos ao PPGD/UFERSA.

### **BIBLIOGRAFIA**

BEDÊ, Fayga Silveira; VELOSO, Antônio Rodolfo Franco Mota; BEZERRA, Stéfani Clara da Silva; BARCELOS, Gabriela Macedo de Oliveira. Ensaio sobre a página em branco: o processo de escrita acadêmica em Direito e seus bastidores – o que podemos aprender com a Literatura. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 120, p. 107-158, jan./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.9732/rbep.v120i0.717>. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/717>. Acesso em: 25 abr. 2023.

DIETERICH, Heinz. **Nueva guía para la investigación científica**. México, D.F: Ariel, 2001.

ECO, Umberto. **Come si fa una tesi di laurea**. Le materie umanistiche. Milano: Tascabili Bompiani, 2001.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca; NICÁCIO, Camila Silva. **(Re)pensando a Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática**. 5. ed. São Paulo: Almedina, 2020.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Claudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

MONEBHURRUN, Nitish; VARELLA, Marcelo D. O que é uma boa tese de doutorado em Direito? Uma análise a partir da própria percepção dos programas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 424-443, jul./dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.5102/rbpp.v3i2.2730>. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/2730>. Acesso em: 25 abr. 2023.


ÖRÜCÜ, A. Esin. Methodology of comparative law. In: SMITS, Jan M. (Ed.). **Elgar Encyclopedia of Comparative Law**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing Limited, 2006. p. 442-454.

ROBBENNOLT, Jennifer K. Evaluating empirical research methods: using empirical research in law and policy. **Nebraska Law Review**, v. 81, n. 2, p. 777-804. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/P?h=hein.journals/nebklr81&i=787>. Acesso em: 25 abr. 2023.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; GRUBBA, Leilane Serratine. **Pesquisa Jurídica Aplicada**. Florianópolis: Habitus, 2023.


ROMANO, Alessandro. Micro-Meso-Macro Comparative Law: An Essay on the Methodology of Comparative Law. **Chicago-Kent Journal of International and Comparative Law**, v. 17, n. 1, p. 1-17, 2017. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/P?h=hein.journals/chkji17&i=1>. Acesso em: 25 abr. 2023.

## APROVAÇÃO

Documento assinado digitalmente  
 ULISSES LEVY SILVERIO DOS REIS  
Data: 09/10/2023 13:41:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1 – Aprovada pelo Colegiado em 26/05/2023 \_\_\_\_\_

Coordenador do PPGD

Documento assinado digitalmente  
 IDALMIR DE SOUZA QUEIROZ JUNIOR  
Data: 09/10/2023 16:27:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2 – Aprovada pelo CPPGIT/PROPPG \_\_\_\_\_

Presidente (a) do CPPGIT

3 – Aprovada pelo CONSEPE \_\_\_\_\_  
Presidente (a) do CONSEPE

**MOSSORÓ-RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.**





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)

IDENTIFICAÇÃO

PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA

<b>DISCIPLINA</b>	<b>TÓPICOS ESPECIAIS AVANÇADOS - I</b>
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>	<b>PGD0004</b>

<b>PROFESSOR(A)</b>	<b>CURSOS PARA OS QUAIS SÃO MINISTRADA</b>	
MÁRIO S. F. MAIA	Mestrado em direito	Optativa

<b>Nº DE CRÉDITOS</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>			
02		<b>Teóricas</b>	<b>30</b>	<b>Práticas</b>	<b>00</b>
		<b>Total</b>		<b>30</b>	
		<b>Semanal</b>		-	
<b>SEMESTRE</b>	—	<b>Duração em semanas</b>		<b>15</b>	
<b>PRÉ-REQUISITOS</b>		<b>PRÉ OU CO-REQUISITOS</b>			
-		-			

EMENTA

Oficina epistemológica. Epistemologias e métodos no campo jurídico. Direito e emoção (*law and emotion*). A dimensão simbólica dos conflitos. Goffman e análise dramaturgica das interações sociais (“A representação do eu na vida cotidiana”). Seleção, observação, descrição e análise de cenas exemplares do cotidiano jurídico institucional. Escrita de texto “dramático”.

OBJETIVOS

1. Treinar o fazer concreto de uma pesquisa qualitativa a partir da observação direta sobre as práticas no campo jurídico profissional sob a perspectiva metodológica do interacionismo simbólico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
1. Epistemologia: o pesquisador(a) do direito em diálogo com as ciências humanas	10
1. Método: sobre o interacionismo simbólico a partir de Goffman	10
1. Observação concreta de práticas no campo profissional, escrita e apresentação de texto	10
<b>TOTAL</b>	<b>60h</b>

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
Ao final do curso espera-se que o discente seja capaz de identificar as diversas possibilidades epistemológicas e metodológicas da pesquisa no campo jurídico, desenvolvendo habilidade suficiente para a produção de uma pesquisa qualitativa independente com base na leitura de textos não dogmáticos e na observação direta das interações no campo profissional.

MÉTODOS E AVALIAÇÃO
Haverá encontros presenciais para teorização inicial e seleção de campo de observação (interações presenciais ou virtuais das pessoas que vivem o cotidiano no “mundo do Direito”). Segue-se a isso tempo de observação e análise e, finalmente, escrita de texto de apresentação da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA
ABRAMS, K., & KEREN, H. (2010). Who's Afraid of Law and the Emotions. <i>Minnesota Law Review</i> , 94(6), 1997-2074.
BONELLI, Maria da Glória. Ideologias do profissionalismo em disputa na magistratura paulista. <i>Sociologias</i> , Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p. 110-135.
BOURDIEU, Pierre. O campones e seu corpo: <i>Rev. Sociol. Polit.</i> , Curitiba, 26, p. 83-92, jun. 2006.
GOFFMAN, Erving. Embarrassment and social organization. <i>American Journal of sociology</i> , volume 62, Issue (3), Nov, 1956, 264-271,
_____. <i>Behavior in public places: notes on the social organization of gatherings</i> . New York: The Free Press, 2000.
_____. <i>A representação do eu na vida cotidiana</i> . Petrópolis: Vozes, 2021.
MASHBURN, A. R. (1994). Professionalism as class ideology: civility codes and bar hierarchy. <i>Valparaiso University Law Review</i> , 28(2), 657-708.
OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos. <i>Revista de Antropologia</i> , São Paulo, USP, 2010, v. 53 nº 2.
RAMOS, Marcelo Maciel. CASTRO, Felipe Araújo. Aristocracia judicial brasileira: privilégios, habitus e cumplicidade estrutural. <i>Revista Direito GV/ SP</i> , V. 15 N. 2   e1918   2019.
VOLKEMA, R. J. (1988). The Mediator as Face Manager. <i>Mediation Quarterly</i> , 1988(22), 5-14.

## APROVAÇÃO



Documento assinado digitalmente  
**ULISSES LEVY SILVERIO DOS REIS**  
Data: 09/10/2023 13:41:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1 – Aprovada pelo Colegiado em 26/05/2023 \_\_\_\_\_

Coordenador do PPGD



Documento assinado digitalmente  
**IDALMIR DE SOUZA QUEIROZ JUNIOR**  
Data: 09/10/2023 16:27:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2 – Aprovada pelo CPPGIT/PROPPG \_\_\_\_\_

Presidente (a) do CPPGIT

3 – Aprovada pelo CONSEPE \_\_\_\_\_

Presidente (a) do CONSEPE

MOSSORÓ-RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)**

**IDENTIFICAÇÃO**

**PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>TEORIAS CRÍTICAS DO DIREITO, ESTADO E MOVIMENTOS SOCIAIS</b>
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>	<b>PGD0008</b>

<b>PROFESSOR(A)</b>	<b>CURSOS PARA OS QUAIS SÃO MINISTRADA</b>	
Mário Maia	Mestrado em direito	Optativa

<b>Nº DE CRÉDITOS</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>			
04		<b>Teóricas</b>	<b>60</b>	<b>Práticas</b>	<b>00</b>
		<b>Total</b>		<b>60</b>	
		<b>Semanal</b>		<b>–</b>	
<b>SEMESTRE</b>	—	<b>Duração em semanas</b>		<b>15</b>	
<b>PRÉ-REQUISITOS</b>		<b>PRÉ OU CO-REQUISITOS</b>			
–		–			

**EMENTA**

O contexto social da política e as origens do Estado. Escolas críticas do Direito. Teorias críticas do Direito e concepção de Estado. Mudança social, revolução e reforma. Direito e emancipação social. Movimentos sociais e positivação de direitos. Cooptação ou Criminalização dos movimentos sociais. Pluralismo Jurídico.

**OBJETIVOS**

1. Objetivo geral  
Compreender e analisar a relação entre Estado e sociedade sob o prisma epistemológico de (algumas) teorias críticas.

2. Objetivos específicos
Diferenciar as epistemologias de tendencia crítica da epistemologia dogmática no estudo do Direito
Identificar e analisar alguns dos diversos tipos de olhares críticos
Analisar o papel dos movimentos sociais na construção do Direito
Analisar o grau de recepção do discurso produzidos pelos movimentos sociais dentro do campo jurídico profissional

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
1. Teorias críticas no campo jurídico e seus olhares sobre o Direito, o Estado e os movimentos sociais	20
2. Movimentos sociais e positivação de direitos (revolucionário e reformista)	20
3. Movimentos sociais e práticas dos juristas profissionais	20
<b>TOTAL</b>	<b>60h</b>

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES
Pretende-se estimular nos mestrandos o exercício do pensamento crítico e concreto sobre as relações entre o Estado e a sociedade civil, compreendendo as diversas modalidades de organização dos movimentos sociais, suas influências e importância na construção do direito positivo e na retórica dos juristas profissionais.

MÉTODOS E AVALIAÇÃO
<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Aulas expositivas dialogadas;</li> <li>2) Apresentação de seminários e grupos de discussão;</li> <li>3) Leitura reflexiva de textos e material audiovisual;</li> <li>4) Elaboração de resenha e de projeto de artigo científico.</li> </ol>

BIBLIOGRAFIA
ISWAS, D. (2020). People's movement, social change and law: critical analysis. <i>Indian Journal of Law and Justice</i> , 11(1), 31-60.
CAMPILONGO, Celso Fernandes. <i>Interpretação do Direito e movimentos sociais</i> . São Paulo: Elsevier, 2012.
CASTELLS, Manuel. <i>Redes de Indignação e Esperança. Movimentos sociais na era da Internet</i> . Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
COGLIANESE, C. (2001). Social movements, law, and society: the institutionalization of the environmental movement. <i>University of Pennsylvania Law Review</i> , 150(1), 85-118.
CUMMINGS, S. L. (2018). The social movement turn in law. <i>Law &amp; Social Inquiry</i> , 43(2), 360-416.
HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In _____. ADORNO, Theodor. <i>Textos escolhidos</i> . 5ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
JOHNSON, E. W. (2008). Social movement size, organizational diversity and the making of federal law. <i>Social Forces</i> , 86(3), 967-994.
LEVINSON, A. R. (2014). Founding worker cooperatives: social movement theory and the law. <i>Nevada Law Journal</i> , 14(2), 322-363.
SILVA, Artur Stamford da. Teoria reflexiva da decisão jurídica. <i>Direito.UnB</i> , janeiro – abril de 2016, v. 02, n.01.
WOLKMER, Antônio Carlos. Pluralismo jurídico, movimentos sociais e processos de lutas desde América Latina. In Wolkmer, Antonio Carlos; Lixa, Ivone Fernandes M. (Orgs.). <i>Constitucionalismo, descolonización y pluralismo jurídico en América Latina</i> / Wolkmer, Antonio Carlos; Lixa, Ivone Fernandes M. / Aguascalientes : CENEJUS / Florianópolis: UFSC-NEPE, 2015. 294 pp.

## APROVAÇÃO



Documento assinado digitalmente  
ULISSES LEVY SILVERIO DOS REIS  
Data: 09/10/2023 13:41:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1 – Aprovada pelo Colegiado em 26/05/2023 \_\_\_\_\_  
Coordenador do PPGD



Documento assinado digitalmente  
IDALMIR DE SOUZA QUEIROZ JUNIOR  
Data: 09/10/2023 16:27:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2 – Aprovada pelo CPPGIT/PROPPG \_\_\_\_\_  
Presidente (a) do CPPGIT

3 – Aprovada pelo CONSEPE \_\_\_\_\_  
Presidente (a) do CONSEPE

MOSSORÓ-RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD (MESTRADO ACADÊMICO)**

**IDENTIFICAÇÃO**

**PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA ORDEM SOCIAL NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS</b>
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>	<b>PGD0006</b>

<b>PROFESSOR(A)</b>	<b>CURSOS PARA OS QUAIS SÃO MINISTRADA</b>	
Lizziane Queiroz	Mestrado em direito	Optativa

<b>Nº DE CRÉDITOS</b>		<b>CARGA HORÁRIA</b>			
04		<b>Teóricas</b>	<b>60</b>	<b>Práticas</b>	<b>00</b>
		<b>Total</b>		<b>60</b>	
		<b>Semanal</b>		<b>–</b>	
<b>SEMESTRE</b>	—	<b>Duração em semanas</b>		<b>15</b>	
<b>PRÉ-REQUISITOS</b>		<b>PRÉ OU CO-REQUISITOS</b>			
–		–			

**EMENTA**

Teoria Geral dos Direitos Sociais. Desafios contemporâneos para a implementação dos Direitos Sociais: fragilidades e alternativas em contextos de desigualdade. Mecanismos jurídicos de proteção dos Direitos Sociais. Diversidade histórico-cultural, Trabalho e os processos de desenvolvimento contemporâneos. Transformações sociais do Brasil e seus reflexos no semiárido. Desenvolvimento local, geração de renda e cooperativismo

**OBJETIVOS**

A presente disciplina objetiva analisar o desenvolvimento da teoria dos direitos sociais dentro da ordem constitucional nacional e internacional a partir dos arranjos de superação das desigualdades sociais. Com um corte histórico delimitado, busca-se ainda avaliar as escolhas institucionais e a forma como o processo de desconstitucionalização dos direitos sociais tem se articulado em contextos de crises constitucionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORÁRIA
1ª unidade - Teoria Geral dos Direitos Sociais e o constitucionalismo social.	20
2ª unidade: Desafios contemporâneos para implementação dos direitos sociais a partir da análise das fragilidades e alternativas em contextos de desigualdade	20
3ª unidade: Diversidade histórico-cultural. Trabalho. Processos de desenvolvimento contemporâneo. Desenvolvimento brasileiro e políticas sociais no semiárido	20
<b>TOTAL</b>	<b>60h</b>

### COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Espera-se aprofundar os conhecimentos da teoria dos direitos sociais, de forma a habilitar o estudante na análise histórico-sociológica sobre as questões relacionadas ao desenvolvimento; direito e política; políticas públicas; e a crise no paradigma do Estado social.

### MÉTODOS E AVALIAÇÃO

Sistemática de apresentação dos seminários e estrutura do trabalho final.

### BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVICH, Víctor; COURTIS, Christian. Los derechos sociales como derechos exigibles. Madrid: Editorial Trotta, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt . Trabajo, consumismo y nuevos pobres. Barcelona: Editorial Gedisa, 1998.
- CABRAL, Rafael Lamera Giesta; PEREIRA, Eddla Karina Gomes; CHAVES, Vitória Virna Girão. Processo histórico de formação da Justiça do Trabalho no Brasil: do Conselho Nacional do Trabalho ao Tribunal Superior do Trabalho. Revista Jurídica – UNICURITIBA, Curitiba, v. 1, n. 54, pp. 266-291, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21902/revistajur.2316-753X.v1i54.3310>.
- HERRERA, Carlos Miguel. Estado, Constituição e Direitos Sociais. In: SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. Direitos Sociais: fundamentos, Judicialização e Direitos Sociais em espécie. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 5-25.
- KRELL, Andreas J. Direitos sociais e controle judicial no Brasil e na Alemanha. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2002.
- LYNCH, Crhistian. Sobre ideias e instituições políticas no Brasil. Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930). São Paulo: Alameda, 2014.
- PAIXÃO, Cristiano; BENVINDO, Juliano Zaiden. “Constitutional Dismemberment” and Strategic Desconstitutionalization in Times of Crisis: Beyond Emergency Powers. iConnect Blog, 2020. PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Intrínseca, 2014.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2008.
- TOMASO, Nicola Poli, Constitutionalism and Economic Power in the Third Millennium, 32 **Giornale di Storia Costituzionale** 205 (2016).
- ZHRADNIKOVA, Eva. European Court of Human Rights: Giving the Green Light to Environmental Protection? Queen Mary Law Journal, v. 8, p. 13-26, 2017.



## APROVAÇÃO



Documento assinado digitalmente

ULISSES LEVY SILVERIO DOS REIS

Data: 09/10/2023 13:42:25-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1 – Aprovada pelo Colegiado em 26/05/2023 \_\_\_\_\_  
Coordenador do PPGD



Documento assinado digitalmente

IDALMIR DE SOUZA QUEIROZ JUNIOR

Data: 09/10/2023 16:31:57-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2 – Aprovada pelo CPPGIT/PROPPG \_\_\_\_\_  
Presidente (a) do CPPGIT

3 – Aprovada pelo CONSEPE \_\_\_\_\_  
Presidente (a) do CONSEPE

MOSSORÓ-RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.